

**PROCESSO** - A.I. Nº 149269.0021/02-2  
**RECORRENTE** - PAES MENDONÇA S/A  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO DE IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE DEFESA  
**ORIGEM** - INFAZ SIMÕES FILHO  
**INTERNET** - 14.05.03

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0213-11/03

**EMENTA:** ICMS. INTEMPESTIVIDADE. DEFESA FISCAL. Recurso interposto contra despacho da autoridade que determinou o arquivamento da defesa em auto de lançamento do imposto, por ter sido apresentada fora do prazo legal. Confirmada a intempestividade da defesa. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão por maioria.

## RELATÓRIO

O autuado inconformado com o Arquivamento da Defesa por ter sido considerada intempestiva respaldado no Parágrafo único do art. 173 do RPAF/99, através de seu representante legal, ao ser cientificado do teor do Ofício nº 0071/03 à fl. 035 dos autos, mediante AR, em 20/03/03, apresentou no prazo decencial as seguintes alegações:

- 1- que a data de 17.12.02 como sendo a da ciência, pelo autuado, da lavratura do Auto de Infração, constante do Ofício nº 0071/03 é inverídica. Assegura que ocorreu no dia 20/12/02, e pede que seja retificada.
- 2- Alega que reconhece as infrações do item 1 e a do item 2, ocorrida em 19/05/98 e efetuou o pagamento do débito.
- 3- Argúi decadência de parte do item II, referente aos fatos geradores de 25.04.97 e 09.05.97 e na peça de impugnação só se insurgiu quanto as parcelas correspondentes a esses períodos, por que considera que no lançamento por homologação o prazo decencial é contado a partir da data do fato gerador.
- 4- Cita o art. 2º do RPAF/99 que trata do princípio da legalidade e 150 4º do CTN. Argúi ainda a impossibilidade de aplicar o art. 173, I do CTN para refutar a decadência. E conclui requerendo o julgamento Parcialmente Nulo, não obstante tratar-se de uma Impugnação ao Arquivamento.

A PROFAZ a fl. 49 dos autos analisa a Impugnação diante do Decreto nº 8413/02, que entrou em vigor em 31/12/02 e excluiu a mesma da apreciação pelo CONSEF, mas considerou que diante do teor da intimação de fl. 35, entendeu que a mesma deveria ser processada. Assevera que a intimação ocorreu em 20/12/02, conforme fl. 3 e a defesa apresentada em 22/01/03 era tempestiva. Opinou pelo Provimento do Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa.

## VOTO

Procedendo a contagem do prazo de acordo com a norma processual civil que tem aqui aplicação no Processo Administrativo Fiscal como reza o art. 180 do RPAF/99, verifico que de fato consta à fl. 3 que o autuado ou seu representante tomou ciência da lavratura do Auto de Infração em 20/12/02, que sendo uma Sexta-feira, o prazo começa a contar na Segunda-feira, dia 23/12/02, e vence em 21/01/03. Assim, resta inquestionavelmente, comprovada a intempestividade da peça defensiva apresentada às fls.18 a 22 dos autos.

Observo que o impugnante nas suas alegações do Pedido de Impugnação apresenta razões de mérito quanto à infração apontada na peça acusatória, afastando-se do objetivo do Recurso em tela que é apresentar argumentos que possam elidir a intempestividade. Argüiu que a comunicação da Intempestividade de fl. 35 dos autos indica erroneamente a data da ciência, o que de fato tem razão por que 17/12/02, foi à data da lavratura, conforme fl. 1 dos autos, mas a ciência só ocorreu em 20/12/02, como atesta à fl. 3. Contudo, como demonstrado acima ainda assim, a peça de defesa apresentada em 22/12/02, foi apresentada fora do prazo legal, pois o prazo se esgotou em 21/01/03.

Verifico que este processo contém erro de procedimento quando o mesmo é remetido a INFAZ de origem para aferir a tempestividade ou intempestividade da defesa, esta análise não é levada a efeito, e o processo é encaminhado para as autuantes prestarem informação fiscal, como se vê às fls.30 a 33 dos autos. E a intempestividade só é constatada no CONSEF às fls. 34 e 35 dos autos.

Entendo que o exame acerca da tempestividade da defesa deve ser aferido na Inspetoria Fiscal, que é o local onde o contribuinte protocola a sua impugnação e ou quaisquer petições, como aliás dispõem os artigos 7º e 123, § 4º do RPAF/99, ao determinarem que as petições deverão ser dirigidas à autoridade ou órgão competente para apreciar a matéria, e serão entregues preferencialmente na repartição do domicílio do requerente ou na repartição do local da ocorrência do fato ou procedimento. E o art. 123, § 4º do mesmo regulamento determina que a petição de defesa será entregue preferencialmente na repartição fiscal do domicílio do sujeito passivo ou na repartição do local da ocorrência do procedimento fiscal.

Por todo o exposto, peço *venia* por não concordar com a PROFAZ, que opinou pelo Provimento da Impugnação para que a defesa fosse apreciada pela Junta de Julgamento Fiscal.

Concluo que a defesa não pode ser examinada, pois está precluso o prazo para a sua interposição, e neste sentido voto pela IMPROCEDÊNCIA do pedido e por consequência NEGOU PROVIMENTO ao Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão por maioria, **NÃO PROVER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa apresentado no Auto de Infração nº 149269.0021/02-2, lavrado contra PAES MENDONÇA S/A, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$21.288,80**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, homologando-se os valores já comprovadamente recolhidos.

VOTO VENCIDO: Conselheiros (as): Nelson Teixeira Brandão, Max Rodrigues Muniz e Verbena Matos Araújo.

VOTO VENCEDOR: Conselheiros (as): Antonio Ferreira de Freitas, Ivone de Oliveira Martins e Ciro Roberto Seifert.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de maio de 2003.

ANTÔNIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

IVONE DE OLIVEIRA MARTINS – RELATORA

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFAZ